

ODUN – TEMPO DE ORIXÁ

Ajagunàwòmi sou Bàbáláse do Ilé Oluaféfé àse omo ilé

Contato: ajagunwomi@hotmail.com

Estou colocando algumas observações sobre “Tempo de Orisá” porque é bem comum erros deste tipo, muitas vezes por falta de orientação ou por falta de conhecimento do dialeto Yorùbá:

Costumo ver isso em alguns convites, matérias, Orkut, e-mail, face-book e em outros. Exemplo:

“Odu ije” como sete anos quando o correto é “*Odún èje*” ou “*Odún mejè*”.

“Odu ika” como quatorze anos quando o correto é “*Odún grinla*” ou “*Odún merinla*”.

“*DK ou Deka*” quando o correto é “*Adé Ika*” (coroa do poder), entre outros...

Ònka (Iye) Yorùbá

(Números em Yorùbá). Ordinais:

<i>Ekinni</i>	Primeiro
<i>Ekeji</i>	Segundo
<i>Eketa</i>	Terceiro
<i>Ekerin</i>	Quarto
<i>Ekarun</i>	Quinto
<i>Ekefa</i>	Sexto
<i>Ekeje</i>	Sétimo
<i>Ekejo</i>	Oitavo
<i>Ekesan</i>	Nono
<i>Ekèwa</i>	Décimo

Cardinais:

01 – <i>Ení, Kan</i>
02 – <i>Èjì, Mèjì</i>
03 – <i>Èta, Mèta</i>

04 – <i>Èrin, Mèrin</i>
05 – <i>Àrún, Màrún</i>
06 – <i>Èfá, Mèfá</i>
07 – <i>Èje, Mejè</i>
08 – <i>Èjo, Mèjo</i>
09 – <i>Èsán, Mèsán</i>
10 – <i>Èwá</i>
11 – <i>Mokanla</i>
12 – <i>Mejila</i>
13 – <i>Metala</i>
14 – <i>Merinla</i>
15 – <i>Medogan</i>
16 – <i>Merindilogun</i>
17 – <i>Metadilogun</i>
18 – <i>Mejidilogun</i>
19 – <i>Mokandilogun</i>
20 – <i>Ogun</i>
21 – <i>Mokanlelogun</i>

Awon ojú ti Òsè àti Àwon osú

(Dias da semana e meses)

Ojú = Dia / *Òsé* = Semana / *Oṣù* = Mês / *Odún* = Ano

Awon ojú ti Òsè (Dias da Semana)

<i>Ojú ajé</i>	Segunda-feira
<i>Ojú iségun</i>	Terça-feira
<i>Ojú ru, ojórú ou ojú rirú</i>	Quarta-feira
<i>Ojú bò, ojóbò</i>	Quinta-feira
<i>Ojú etí</i>	Sexta-feira
<i>Ojú àbáméta</i>	Sábado
<i>Ojú isimi ou ojú àikú</i>	Domingo

Àwon osú – (Meses)

<i>Sère</i>	Janeiro
<i>Èrèlé</i>	Fevereiro
<i>Èrèná</i>	Março
<i>Ìgbé</i>	Abril
<i>Èbìbì</i>	Mai
<i>Òkúdu</i>	Junho
<i>Agemo</i>	Julho
<i>Ògún</i>	Agosto
<i>Òwewe</i>	Setembro
<i>Òwàrà</i>	Outubro
<i>Bélú</i>	Novembro
<i>Òpe</i>	Dezembro

ENSINO PÚBLICO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Flávia Pinto: Email: joyce@casadoperdao.com

A audiência pública que foi realizada, apesar de lamentar que o foco da discussão não tenha sido a qualidade do ensino público tive que pensar a postura das religiões afro-brasileiras neste debate uma vez que a aprovação da lei é inevitável. Depois de ouvir os diferentes pronunciamentos, constatei mais uma vez como é frágil a participação e representação do segmento umbandista e candomblecista nas instâncias de Governo. Estavam presentes a bancada evangélica e católica com seus pastores e líderes religiosos devidamente eleitos

para defender que nossos filhos tenham aula de ensino religioso nas escolas públicas. Não é preciso dizer que os mesmos defendem o ensino religioso porque sendo estes a “maioria” (que eu considero questionável por discordar dos dados apresentados pelo IBGE) tem as suas tradições religiosas asseguradas dentro da lei, afinal cumprem o requisito por ela exigido de formação em teologia conforme está proposto em votação. Nossos sacerdotes que não tem esta formação como exigência para exercerem seus cargos, ficam de fora, a menos que sejam filósofos ou sociólogos. Em minha intervenção propus a criação de um Conselho Inter-religioso que tenha o caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador para que possamos acompanhar de perto este projeto que será votado e aprovado a despeito de nossa concordância, pois os interessados são a maioria representada na Câmara, enquanto nós continuamos com vergonha de eleger os nossos sacerdotes e pouco apoiamos os religiosos afro-brasileiros que se expõe publicamente para defender os direitos políticos de nossa religião. Você se lembra de qual foi o último Pai ou Mãe de Santo eleito em sua cidade? Ainda há muito que se fazer, mas chamo a atenção daqueles que insistem em não querer discutir política e religião para a reflexão que somos obrigados a cumprir as decisões tomadas nestas esferas do legislativo, pois estas se constituem em leis as quais todos nós estamos submetidos em nosso dia a dia! Assistam ao nosso vídeo e acompanhem o debate e não se assustem se seus filhos chegarem da escola defendendo outro credo religioso que não o nosso e ainda se envergonharem de ser religioso afro-brasileiro, isto ocorre porque ainda nos interessamos muito pouco por política. Estamos de olho!!!

Está sendo discutido no município do Rio de Janeiro a aplicação do ensino religioso nas escolas públicas da Cidade, isto significa que uma vez aprovada as crianças do ensino fundamental (1 ao 9 ano) terão aula de religião junto a grade curricular oficial. Esta Lei foi pedida para ser votada em regime de urgência pelo Prefeito Eduardo Paes e graças a atuação de alguns vereadores como Reymont (PT), foi prorrogada a votação e provocada uma audiência pública na Câmara dos vereadores para discutir com a sociedade civil as implicações deste projeto. Ao participar da audiência foi triste constatar a pouquíssima participação dos religiosos afro-brasileiros e a grande presença das bancadas evangélica e católica que defendem a aprovação da Lei. Não é preciso dizer que os mesmos defendem o ensino religioso porque sendo estes a “maioria” (que eu considero questionável por discordar dos dados apresentados pelo IBGE e a aplicação do último senso nos mostrou isto) tem as suas tradições religiosas asseguradas dentro da lei, afinal cumprem o requisito por ela exigido de formação em teologia conforme está proposto em votação. Nossos sacerdotes que não tem esta formação como exigência para exercerem seus cargos, ficam de fora, a menos que sejam filósofos ou sociólogos. Em minha intervenção propus a criação de um Conselho Inter-religioso que tenha o caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador para que possamos acompanhar de perto este projeto que será votado e aprovado a despeito de nossa concordância, pois os interessados são a maioria representada na Câmara, enquanto nós continuamos com vergonha de eleger os nossos sacerdotes e pouco apoiamos os religiosos afro-brasileiros que se expõe publicamente para defender os direitos políticos de nossa religião. Você se lembra de qual foi o último Pai ou Mãe de Santo eleito em sua cidade? Nós umbandistas e candomblecista precisamos estar mais atentos á estes debates pois não se poderá reclamar se nossos filhos voltarem da escola nos satanizando e ainda aprenderem a ter vergonha de nossas tradições religiosas e isto tudo financiado com dinheiro público. Ainda há muito que se fazer, mas chamo a atenção daqueles que insistem em não querer discutir política e religião para a reflexão que somos obrigados a cumprir as decisões tomadas nestas esferas do legislativo, pois estas se constituem em leis as quais todos nós estamos submetidos em nosso dia a dia!